

ANC P4

25 JUL 1988

Lourenço volta a defender a tese de adiar segundo turno da Constituinte

Cássio Vasconcelos 20 Jul 88

Do correspondente em Teresina e das Sucursais de Brasília e Rio

O líder do PFL no Congresso Constituinte, deputado federal José Lourenço (BA), voltou a afirmar ontem em Teresina, que "é imperativo" o adiamento do segundo turno das votações do novo texto constitucional para o dia 16 de novembro, após a realização das eleições municipais.

Para Lourenço, o adiamento das votações do segundo turno "é uma alternativa para impedir a dissolução do Congresso constituente com a convocação de novas eleições para deputados e senadores, caso as negociações entre os partidos majoritários não retirassem pontos polêmicos relacionado aos direitos sociais e a Ordem Econômica do projeto constitucional".

Lourenço apresentou esta proposta pela primeira vez na última quarta-feira, quando esteve em São Paulo e se encontrou com o presidente da Bolsa de Valores, Eduardo Rocha Azevedo. Anteontem, após encontrar-se com o presidente José Sarney, no sítio de São José do Pericumã, porém, o líder pefelista havia alterado seu discurso. Afirmando que Sarney tinha se posicionado contra o adiamento, o líder pefelista propôs que as lideranças se reunissem em busca de soluções

consensuais. "Podíamos sentar com o Ulysses e ver como é que iria ficar", disse.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituente, comentou, no sábado, a proposta de adiar a Constituição como "idéia de louco". Ulysses afirmou, na ocasião, que suas críticas não tinham endereço certo. "Como isso aí está no ar, eu tenho medo de assombração", disse.

Moreira

A proposta de adiar o segundo turno de votação da nova Carta foi considerada pelo governador do Rio, Moreira Franco, como uma "manobra delirante de zerar os resultados da Constituinte". Moreira Franco disse que isso significaria "rasgar anos de luta" e propôs que a iniciativa seja repelida com "veemência".

O deputado Delfim Netto (PDS-SP), 60, atacou ontem a tentativa de criação de um "buraco negro" através da rejeição do Projeto de Constituição "B" aprovado no primeiro turno do Congresso constituente, que estaria sendo articulada pelo Palácio do Planalto para forçar a negociação de vários pontos da nova Carta. A exemplo do deputado Ulysses Guimarães, Delfim considerou qualquer tentativa nesse sentido "uma loucura".



José Lourenço (PFL) acha que a Carta "compromete" o processo democrático

Fantasma do 'buraco negro' ronda o plenário

Editoria de Arte

MARCELO XAVIER DE MENDONÇA
Da Sucursal de Brasília

A primeira tarefa do Congresso constituinte ao abrir o segundo turno hoje, às 13h30, será colocar 280 constituintes em plenário para votar, em bloco, o Projeto de Constituição "B", resultado da revisão que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) fez do texto aprovado no primeiro turno de votações. A tradicional falta de quórum mínimo nas segundas-feiras será somado o fantasma do que seria uma estratégia desesperada do governo —reunir votos suficientes em plenário para rejeitar o Projeto "B", criando um "buraco negro" e forçando a negociação dos pontos sob ataque governista.

Durante o fim-de-semana, o Planalto ainda não havia fechado a lista dos dispositivos que gostaria de ver excluídos da nova Carta. Enquanto isso, os partidos aguardavam o início das negociações, hoje pela manhã, depois de entregar na Secretaria Geral da Mesa seus pedidos de destaque —emendas que os partidos querem que sejam votadas separadamente. O prazo para a entrega foi encerrado na sexta-feira e os funcionários da Secretaria passaram o fim-de-semana classificando os destaques por ordem numérica dos dispositivos afetados. A partir de hoje será publicada a relação de destaques solicitados.

PMDB

Para o líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), não será possível alterar muita coisa nesta segunda fase, especialmente os princípios que foram aprovados através de acordo das lideranças, como direito de greve (assegura o direito aos trabalhadores, que decidirão sobre sua

oportunidade e os interesses através dela defendidos) e licença-maternidade de 120 dias.

A liderança do partido patrocinou várias emendas que, apesar de prioritárias, são "instrumentos para negociação", segundo Jobim. Nessa categoria está, por exemplo, o destaque nº 1, pedido pelo próprio líder, que suprime o inciso do capítulo da Reforma Agrária que impede a desapropriação de terras produtivas. O elenco peemedebista inclui a retirada da limitação dos juros bancários em 12% ao ano da parte permanente da Carta e sua transferência para as Disposições Transitórias.

Centrão e PFL

Reduzido a 180 votos "firmes", segundo um de seus coordenadores, deputado José Lins (PDS-CE), o Centrão pediu destaque sobre cerca de 80 emendas. Nesse pacote, a intenção de suprimir o voto aos 16 anos, a licença-paternidade de oito dias e a limitação dos juros em 12% ao ano. Além de Lins, a coordenação desse trabalho também foi feita pelos deputados Eraldo Tinoco (PFL-BA), Ricardo Fiuza (PFL-PE), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Paes Landin (PFL-PI) e Luiz Eduardo (PFL-BA), que integram o "núcleo teórico" do Centrão.

Com teor semelhante, o PFL pediu também 80 destaques, segundo o vice-líder pefelista, Inocêncio de Oliveira (PE), "independentemente do Centrão".

Esquerdas

Segundo o deputado José Genoino (SP), vice-líder do PT, os partidos de esquerda (PSB, PCB, PC do B, PT e setores do PDT e PSDB) se articularam para apresentar emendas e destaques em conjunto, para "não desperdiçar esforços".

REGRAS PARA VOTAÇÃO DO 2º TURNO

Sessões de votação	Só haverá votação de segunda a quinta-feira de cada semana, para que os constituintes possam participar de sexta a domingo das campanhas para as eleições municipais de novembro. São necessários 280 constituintes para a abertura das seções. As manhãs ficarão reservadas para negociações entre lideranças.
Votação global do projeto	O Projeto de Constituição "B", resultado das votações do primeiro turno, será votado de uma só vez na primeira sessão, ressalvados os destaques (emendas que seu autor deseja ver votadas isoladamente), que serão votados logo após o projeto. As emendas que não forem destacadas serão votadas no final do 2º turno em dois blocos: as que receberem parecer favorável e as que receberem parecer contrário do relator.
Destaques	A votação dos destaques seguirá a ordem numérica dos artigos, mas os líderes poderão apressar esse processo através da fusão e da reunião de emendas em bloco.
Fusão de emendas	Várias emendas apresentadas sobre um mesmo tema poderão ser fundidas num só texto, que será levado à votação.
Reunião de emendas	Diversas emendas com parecer favorável do relator, ainda que sobre temas e dispositivos diferentes ao longo do projeto, poderão ser reunidas num bloco através de acordo, para ser levado à votação.
Preferência	As emendas supressivas serão votadas antes das que pretendem somente sanar erros, omissões ou contradições. Entre as supressivas, terá preferência a que pretende retirar do texto um trecho maior que as outras. Emendas de correção de serão remetidas à Comissão de Redação para a última votação dos constituintes.
Votação simbólica	Para os destaques de erro, omissão e contradição fica autorizada a votação simbólica, na qual os parlamentares que concordam com o que está sendo votado permanecem sentados e os que discordam se levantam. Esse método também será usado nos destaques apresentados por constituintes que não concordaram com a redação do relator a dispositivos resultantes de emenda de sua autoria. O autor da emenda, não satisfeito com o resultado, poderá requisitar ainda votação eletrônica, reunindo assinaturas de 35 constituintes. Para essa votação será necessária apenas a maioria simples (metade mais um dos presentes).